

Reunião infrutífera

A reunião da Intersindical com o novo presidente da Celesc dia 15 foi inconclusiva. Novo encontro foi agendado para esta quinta-feira, dia 17 de dezembro. Na pauta a solução para o caso dos demitidos, política salarial, auxílio alimentação e programação de férias. Com relação ao aumento salarial em dezembro, a grande divergência reside na fórmula de cálculo do limite de 30% do faturamento líquido com despesa de pessoal.



Presente de Natal I

Ao mesmo tempo em que no "Saiba" do dia 16 de dezembro a Eletrosul dizia que havia ganho 7,5 milhões de dólares em aplicação financeira, no contracheque de dezembro avisava que o 13º salário de 1993 só será pago "quando houver disponibilidade de caixa". Papai Noel: haja sorte!

Seminário no PR

Foi realizada semana passada em Londrina, a segunda reunião do coletivo da Intersindical de Formação e Imprensa. Na ocasião o jornalista Valdir Alvares, assessor do STIUL, apresentou um trabalho sobre a comunicação desenvolvida em rádios, televisões e jornais. Dentre as deliberações do encontro está a criação da agência de notícias Agência Intersul e um levantamento de dificuldades para elaborar um plano de formação conjunto. O próximo encontro se dará em Campo Grande dias 2 e 3 de março.

LINHA VIVA

Nº 208
17/12/92

EDITORIAL

Ano cara pintada

Há muito tempo um ano não era tão rico de acontecimentos de dimensão histórica como este 1992. Quem em janeiro imaginaria que Collor não passaria de outubro, que o povo voltaria às ruas, que a juventude se mobilizasse politicamente? Quem imaginava que seria possível o Brasil recuperar um pouco de sua dignidade?

Por outro lado, o que era previsível aconteceu: a recessão se aprofundou, o desemprego cresceu, a miséria se multiplicou, a inflação se manteve.

Mas resistir é preciso e, como dizia o poeta "a luta de resistência se trava em todo lugar: por cima dos edifícios, por sobre as ondas do mar" - mesmo que seja um mar revolto, de dificuldades e desafios.

AQUI NINGUÉM SE RENDE, prega o lema, que traduz bem o trabalho da Intersindical neste ano que passou.

E foi graças a esta persistência que ninguém esmoreceu frente aos acontecimentos de 92. Na Eletrosul este foi o ano do "grande escândalo" da compra de ações da Sade pela Fundação Elos, foi o ano da penhora da Elase, o ano em que os sindicalistas foram proibidos de entrar na empresa, da criação de um passivo trabalhista, da ingerência na atuação sindical com o terror fazendo com que empregados desistissem de se candidatar às eleições de representante sindical, o ano da instauração de um Inquérito Público para apurar irregularidades nos contratos de Jorge Lacerda IV e Jacuf I, o ano das coações, das transferências arbitrárias. Mas também foi um ano de grandes manifestações, das reintegrações de inúmeros colegas de trabalho, da campanha "Fora Gazaniga" que mobilizou a sociedade civil, melhor exemplificada pelas manifestações das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na Celesc 1992 vai ficar na história pela grande mobilização de seus funcionários. O encontro de mais de mil empregados no saguão da central para forçar as negociações, da assembleia geral com mais de 700 participantes para aprovar a pauta da campanha salarial. Mas sorrateiramente preparou-se em 92 o que talvez venha a ser o fim da empresa:



Foto: Jacques Mick

sua descentralização. Voltou-se no tempo com os inquéritos administrativos, com a demissão de celesquianos vindos das cooperativas e concursados, com a suspensão de licitação para favorecer laboratórios amigos, com a terceirização, com a empresa pagando as contas de publicidade do governador Klebinberg.

Vida é, certamente, a palavra-chave das reflexões de final de ano, que por força da lógica são também reflexões sobre o ano que virá. Restaurar a integralidade da vida é um objetivo. A vida é melhor por inteiro. Não só a vida de cada um, mas a vida do país - desse Brasil que morre aos poucos nas estatísticas sobre fome, mortalidade infantil e desemprego. Também a vida pulsante de um Brasil que vibra com seus "caras pintados" que não abdicam de entrar em campo na hora de decidir um jogo importante.

93 será uma continuidade deste processo de reabilitação da vida e da esperança. Esperança que certamente não se deposita nas mãos do novo governo, mas que se insinua nos gestos de cidadania, no não se curvar, no participar (do plebiscito da forma de governo, por exemplo).

Que a vida pulse em 93. Que a esperança transborde em manifestações de solidariedade.

Eleição Sinergia

O Sinergia está convocando seus associados para uma assembleia geral extraordinária, que vai eleger a comissão responsável pelo processo de renovação da diretoria do sindicato para o mandato 93-96. A assembleia acontece dia 17 de dezembro às 18 horas no Sinergia. A comissão deverá ser composta por cinco membros da categoria.

Chico Mendes

Dia 22 de dezembro será lembrado em todo Brasil o 4º aniversário do assassinato do sindicalista e ecologista Chico Mendes. O Comitê Chico Mendes sugere a realização de atos públicos e manifestações para que seja mantida a decisão do Tribunal do Júri do Acre que condenou alguns dos responsáveis pelo crime e pela punição dos outros envolvidos nesse crime.



Presente de Natal II

Causou indignação nos engenheiros da Celesc, o presente que o Senge/SC reservou para a categoria. Este mês, ao abrirem o contracheque se depararam com um desconto de aproximadamente Cr\$ 500.000,00 para custear a campanha salarial que resultou num acordo adesivo ao da Intersindical. Glu, glu, glu... que peru!?



Irregularidades em Tijucas

O diretor de Segurança e Medicina do Trabalho do Sinergia, Sovenir Macio Dias, esteve em outubro visitando a Subestação da Celesc em Tijucas, para inspeção. Lá ele constatou diversas irregularidades enumeradas num relatório que foi enviado à empresa solicitando providências. O responsável pela área na Celesc, Walter Alves Pinto, respondeu com uma carta na qual deixa bem clara a maneira como a empresa vê seus empregados.

Lá pelas tantas o senhor Alvez Pinto diz que "o local de trabalho é o espelho dos que ali trabalham. Realmente a Chefia solicita que os seus operadores mantenham o local limpo, pois são eles que estão ali durante 24 horas por dia, são eles que também tem participação no ambiente sujo. Não há nada demais que os mesmos mantenham a casa de comando em condições limpas e de higiene. São seis operadores. Pegar uma vassoura, limpar o armário, a geladeira, não menospreza um trabalhador (operador), pelo contrário, o trabalho dignifica o homem, ainda mais, não será por isso que ele será menos operador. Além disso, caso os senhores conheçam a função de operador de SE, boa parte de suas oito horas diárias no turno ele fica ocioso, portanto em vez de criticar esta postura de operador faxineiro, devemos sim é elogiá-lo".

Punições em Charqueadas

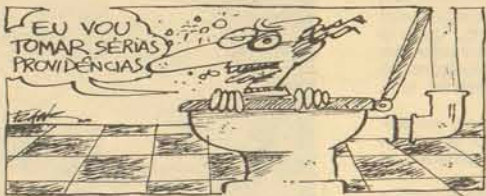
Mais uma punição esdrúxula atingiu os empregados da Eletrosul. Esta aconteceu na semana passada, no Rio Grande do Sul. Três operadores da Usina de Charqueadas foram suspensos por 30 dias por "desacato e desrespeito". Eles usaram os banheiros da "Casa da Dinda" sem saberem que o imóvel era de "uso exclusivo" dos diretores da empresa.

Os operadores estavam participando de uma festa no domingo, dia 5 de dezembro, na área de lazer da usina, com autorização do encarregado do local. A área é composta de um galpão, quadras de esportes e uma casa que, depois da punição, ficou conhecida como "Casa da Dinda". No meio da festa um diretor da Eletrosul chegou e ficou indignado quando viu que os banheiros da casa tinham sido usados pelos operadores. Ele, que não era conhecido dos operadores, se identificou e avisou que tomara "providências". Na quarta-feira três operadores, Carlos Rogério Ranzolin do Amaral, Renato Lopes Cairuça e Giovani Reis Campos, foram suspensos pelo chefe da Usina, Silval Selistre, que disse obedecer ordens da Diretoria Administrativa.

O senhor Alvez Pinto também explica que "como na maioria das SE's da Celesc e de outras concessionárias, o turno é feito por operador, essencialmente nas de complexidade menor, a Celesc está em vias de implantar um sistema supervisionado (telecomandado, telessinalizado, etc.) não justifica neste momento contratar operadores para servir de companhia a outro operador, pois em termos de necessidades de serviço, não há".

Já Sovenir Macio Dias na sua resposta à empresa disse que também não vê nada demais nos operadores manterem o local de trabalho limpo, "desde que o serviço de limpeza seja feito pelo empregador. O operador trabalha sozinho e se executar um serviço de limpeza estará negligenciando sua função e se houver acidente será responsabilizado por tal". Acrescentou ainda que "a teoria de que cada trabalhador deve limpar sua área de trabalho deveria então ser praticada em toda empresa e não só por alguns operadores e subestações".

Por fim o diretor do Sinergia discorda veementemente "que o operador fica ocioso durante parte de suas 8 horas de turno, até porque o turno em alguns casos é de 12 horas e não de 6 horas conforme determina a lei".



Manoel Valente, presidente do Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul, em visita ao Sinergia na sexta-feira passada, diz que estranha a atitude covarde e declarou que seu sindicato tentará reverter a punição administrativamente. "Se não conseguirmos iremos resolver o caso judicialmente". Para Valente "é inadmissível que empregados, no seu dia de folga, confraternizando com colegas numa área de lazer, com autorização do encarregado, sem afrontar nenhuma regra, sejam punidos. Além disso é estranho que isto aconteça depois que o presidente da Eletrobrás garantiu que durante as negociações não iria haver nenhum conflito entre as empresas e empregados".

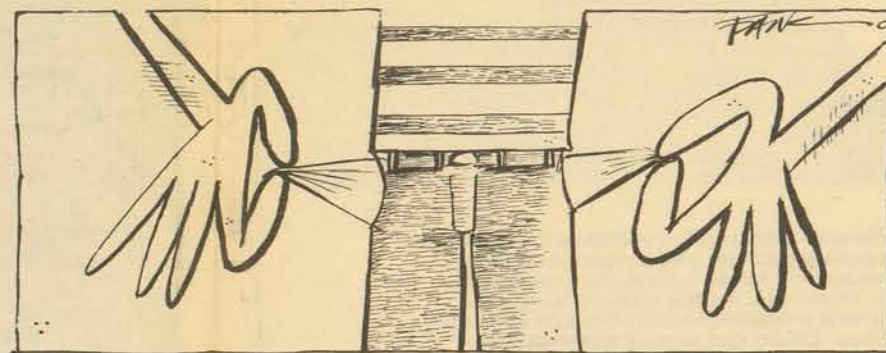
Trabalhador brasileiro não tem nada a perder. Já perdeu tudo...

O que o trabalhador brasileiro pode negociar num pacto social? Nada, segundo o sindicalista espanhol Teo Sanches, diretor da área de serviço público da CCOO, uma das principais centrais sindicais da Espanha. "A dificuldade brasileira é que o trabalhador vive na miséria, passa fome", disse ele em entrevista recente ao jornal Tribuna da Tarde, durante visita a São Paulo.

Sanches esteve no Brasil para trocar experiências com nossos sindicalistas e administradores públicos. Uma das perguntas mais frequentes que lhe fizeram foi sobre as circunstâncias do Pacto de Moncloa, que salvou a Espanha da crise econômica. Para Teo Sanches "o trabalhador brasileiro está disposto a assinar acordos para melhorar seu país, mas acontece que não tem nada para dar em troca. A elite é que tem que reformar o país, pois é quem tem tudo na mão. Tem que repartir o que tem, conseguir com que a população tenha as mínimas necessidades atendidas, que o salário mínimo seja suficiente para viver".

Ele diz que é preciso saber quem foram os protagonistas do acordo espanhol para que se possa analisar as possibilidades de um pacto como o de Moncloa seja implantado no Brasil. "Um dos participantes era a direita, que estava

rompendo com o Franquismo, e era favorável à reforma democrática, queria dar passos adiante. Foi um programa quase social-democrata, aberto, que tentava levar a riqueza para partes do país que



estavam bastante abandonadas. E o pessoal a quem era dirigido podia estar passando por dificuldades econômicas, mas não passavam fome e nem viviam na miséria como no Brasil. Na Espanha os trabalhadores tinham algo a oferecer, como uma produtividade maior, em troca de um aumento salarial importante. No Brasil, parece que as empresas já produzem o máximo e os salários não aumentam".

ESTABILIDADE - Teo Sanches diverge daqueles que dizem que a esquerda cresce na crise. O movimento sindical, diz ele, avan-

çou com o crescimento econômico. "No momento de crise é maior o temor de perder o emprego, de se mobilizar. O pessoal fica defensivo, conservador e o sindicalismo tem dificuldades para avançar. A

Espanha, nos anos 70, passou por grave crise econômica que coincidiu com o período principal da transição democrática. Os sindicatos passaram por uma grande debilidade, porque o pessoal tinha medo de se mexer, havia muito desemprego e não existia seguro-desemprego. Em períodos de crise, de dificuldades econômicas, o sindicalismo não avança, fica estagnado. Nos anos 80, a Espanha passou por uma boa situação de crescimento econômico e coincidiu com a etapa em que o movimento sindical mais avançou, em que as centrais sindicais ficaram

Resende assume presidência do Conselho de Acionistas da Eletrosul

Foi antecipada para dia 10 de dezembro a Assembléia do Conselho de Acionistas da Eletrosul, que havia sido marcada para 18 de dezembro. Na reunião do Conselho (órgão máximo da empresa), o presidente Márcio Fortes - que atuou durante o período Collor - foi substituído por Eliseu Resende, atual presidente da Eletrobrás, cargo que ocupa por escolha de Itamar Franco.

A expectativa da categoria era de que a assembléia do Conselho de Acionistas determinasse a saída imediata do atual presidente da

Eletrosul, Amílcar Gazaniga. Mas esta não é a norma do Conselho. A nova diretoria da empresa será definida após as mudanças do Conselho - que é quem escolhe o presidente da empresa.

As conclusões que ficam da escolha de Eliseu Resende para o cargo de presidente do Conselho é de um enfraquecimento de Gazaniga e a certeza de sua saída. O próprio Eliseu Resende, na sua primeira audiência como presidente da Eletrobrás com o Comando Nacional dos Eletricistas, garantiu que a atual

fortes e representativas".

Hoje na Espanha, ninguém questiona, por exemplo, a estabilidade dos funcionários públicos, até porque ela também existe no setor privado. "Não podemos voltar ao tempo do antigo regime: quando havia mudança de governo era trocada toda administração. Isso era uma verdadeira barbárie. É como se os funcionários, de todos os níveis, fossem políticos e estivessem vinculados diretamente ao ocupante do poder naquele momento. A estabilidade é uma das formas de garantir maior objetividade e imparcialidade da administração na hora de prestar serviço ao usuário".

Na Espanha o funcionário público é bastante organizado e articulado: é o terceiro setor em número de filiados sindicais, só perdendo para o metal e de transportes. Esta é a única saída, diz Sanches, para evitar que, no momento da discussão de questões trabalhistas ou salariais, o poder público tenha uma atitude paternalista e acabe tomando decisões sem ouvir o outro lado. "Sindicalizando-se e fazendo com que as questões trabalhistas passem pelo sindicato evita-se este tipo de atitude. No momento em que o sindicato está presente, acabou o paternalismo".

TCHAU, TCHAU, GAZANIGAAA!

JÁ VAI TARDE!



diretoria da Eletrosul seria afastada. Além disso as desavenças de Resende e Gazaniga são antigas e culminaram com a reforma administrativa imposta por Collor. Resende era na época presidente de Furnas onde lutou e resguardou o corpo funcional da empresa.

As previsões dão conta que a saída de Gazaniga se dará durante as férias coletivas da empresa marcadas para final de dezembro indo até a primeira semana de janeiro.

TRIBUNA LIVRE

Para falar de esporte

Atletas do DPIN/ Adm. Central/Celesc

Em repêdio a alguns acontecimentos que presenciamos no Torneio Esportivo e Cultural da FAEC queremos denunciar:

1º) Todos os "atletas" que não souberam perder o jogo e usaram o regulamento mal elaborado, procurando brechas para reverter os jogos perdidos para ganhos. Mais ainda, denunciar Rosalina F. da Cunha, uma atleta que ousa representar a todos nós que participamos deste torneio, levando inclusive a tocha olímpica, usa duas vezes o furo do UNIFORME em que o regulamento não define nada para levar a medalha de bronze de Voleibol Feminino (perdido por dois sets a zero) e a medalha de ouro do tênis-de-mesa feminino (perdido por dois sets a zero).

2º) A comissão organizadora deste torneio julgaram um recurso absurdo, onde o que se tinha era o seguinte recurso: a atleta não obedeceu o Art. 17 do regulamento destes jogos. Artigo lido várias vezes por nós e que não rezava absolutamente NADA sobre timbres ou dizeres nas camisetas foi usado para nos tirar o 1º lugar no tênis-de-mesa feminino e consequentemente o Troféu Geral da Adm. Central para serem colocados nas mãos da Ag. Florianópolis.

3º) A manipulação que o Sr. Aladir fez, na segunda-feira de manhã, ao conduzir a nova disputa do tênis-de-mesa feminino de maneira a dar um rumo totalmente ilegal pois as chaves já haviam sido sorteadas anteriormente. Vamos aos fatos:

Nos novos jogos, devido ao recurso aceito pela comissão, haviam duas disputas apenas:

1 - Jandira Jeanne Gadotti, de Rio do Sul e Artiva M. Goulart para disputar o 3º e 4º lugar, como Artiva negou-se a jogar, já que tiraram a oportunidade de novamente ela conquistar o 1º lugar, resultou em Adm. Central em 4º lugar e Rio do Sul em 3º.

2 - Rosane Grosch Fuchs e Rosalina F. da Cunha que deveriam disputar o 1º e 2º lugar porém Rosane também entregou o jogo para esta pela indignação que sentiu desta gatada toda, consequentemente a Dona Rosalina deveria estar em 1º lugar e Rosane em 2º.

Como que o Sr. Aladir conseguiu fazer com que, após a retirada de Rosane e Artiva do recinto, mudar os resultados: PARA NOSSO ESPANTO, a Jandira esta mesma pessoa que já estava no 3º lugar jogou novamente para disputar o 1º lugar com a Rosalina Fleck da Cunha (Ag. Fpolis) e Rosane (Ag. Blum) continuou com seu 3º lugar???

Muitos outros atletas também sofreram este tipo de injustiça e é por estes que não podemos deixar passar impunemente toda esta injustiça. Se estivessemos dopados, ou usando qualquer coisa para nos tornarmos tecnicamente superiores, tudo bem, aceitaríamos. Se estivesse escrito no tal Art. 17 os detalhes de uniforme, também poderíamos chegar a conclusão que o uniforme não estava de acordo com o regulamento, afinal regulamento é para ser cumprido e não interpretado por meia dúzia de pessoas que têm interesse nesta interpretação.

Queremos enaltecer também, todos os atletas (estes sim podemos assim chamá-los sem nos envergonharmos) que fizeram questão de não usar furos de regulamento para se beneficiar. Queremos enaltecer individualmente uma pessoa que, além de não usar este tipo de coisa, ainda não aceitou por tabela ser beneficiada por isto. Esta é Rosane Grosch Fuchs, da Agência Blumenau, que poderia ter subido de uma medalha de bronze (esta conquistada na mesa) para, no mínimo, uma medalha de prata (esta recolhida no tapetão). Todos nós, ATLETAS, temos que aprender com ela, pois não seria falta de moral dela aceitar este novo jogo já que não partiu dela absolutamente nada desta sujeira toda! Esta é a pessoa que teremos sempre o maior orgulho em que nos represente como atleta, não só levando uma tocha mas em qualquer situação. Grande estes Atletas!

Descontentamento

João Milton Pereira Celesc/Chapeco

Quero manifestar nosso descontentamento com a decisão da FAEC, em não aceitar os aposentados para participarem dos jogos da ABCEC-ESC. É uma grande falta de companheirismo não aceitar nossos companheiros que tanto colaboraram com a nossa Empresa.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações Frank Mala. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Durante o 2º Seminário Nacional de Comunicação da CUT, realizado em São Paulo no início do mês, o jornalista Daniel Herz, autor do livro *A História Secreta da Rede Globo* falou em um dos painéis sobre os monopólios de comunicação no Brasil, tema que o tem ocupado, especialmente por ser membro da coordenação do Fórum Nacional de Luta pela Democratização dos Meios de Comunicação. Aqui, os principais pontos da palestra:

Controlar os monopólios. Eis a questão

DIAGNÓSTICO

Vamos fazer um rápido diagnóstico da situação dos meios de comunicação no Brasil. Hoje nove famílias controlam tudo o que se vê, lê ou ouve nos meios de comunicação de massas. No último levantamento este 9 conglomerados controlavam cerca de 88% de todo o faturamento de comunicação no Brasil. Evidentemente esta presença econômica tem influência no poder político. Esta concentração se verifica também em alguns veículos entre os quais se destaca a televisão, que abocanha 56% de todo o montante do faturamento. Se considerarmos que cerca de 6% vai para o rádio, nós veremos que mais de 60% do montante vai para a mídia eletrônica. O sistema de comunicação se estrutura a partir de um serviço público, que é a radiodifusão. É impossível deixar de falar de um grupo empresarial que é a rede Globo que absorve 42% das verbas publicitárias do país. E tem ainda as organizações Globo, que reúnem ainda 54 emissoras de AM e FM, o jornal O Globo e a Editora Globo. Somando isso temos que mais de 50% da totalidade do bolo publicitário é controlado pela Globo. E tem mais: na absoluta maioria dos estados os grandes grupos empresariais e as redes de AM e FM são centralizadas pelas afiliadas da Rede Globo. Ou seja, indiretamente a Globo controla cerca de 2/3 de todo o mercado de comunicação do Brasil. É impossível falar em comunicação sem falar no caso da Globo, que é o maior caso de concentração de um único grupo empresarial em todo o mundo ocidental. O único caso que rivaliza é a Televisa, do México, mas que não chega perto do porte da concentração das organizações Globo.

ORGIA DE CONCESSÕES

Esta situação foi agravada pelo governo Sarney que distribuiu durante 3,5 anos, de forma acelerada, 1.028 concessões de rádio e TV, aumentando em mais de 50% o quadro de emissoras instaladas no Brasil. E fez isso de uma forma concentrada, usando as concessões como moeda de barganha junto à Constituinte, especialmente para garantir seus cinco anos de mandato. Depois desta orgia de concessões praticada por Sarney, restam menos de 15% das frequências e canais tecnicamente viáveis no país. Isso significa que o poder de outorga de concessões que foi atribuído ao Congresso pela Constituinte é extremamente esvaziado, pois não resta praticamente nada a ser concedido. Mas Sarney não se limitou a isso: ele acelerou a implantação de novas tecnologias através de portarias e decretos. Hoje temos em

implantação a televisão em UHF, a TV por assinatura, o vídeo-texto, o tele-texto, a transmissão direta via satélite, e a TV a cabo. A TV a cabo, a cabodifusão é certamente o mais importante, pois está aí a televisão do futuro.

OMISSÃO DA SOCIEDADE

Esta entrega de canais beneficiou os setores politicamente mais conservadores, aqueles que sustentaram os governos militares e acobertaram os usos dos poderosos. Mas este processo que começou em 1931, com a primeira legislação de radiodifusão e que vem até a Constituinte só se baseou no compadrio e na troca de favores e barganhas porque a sociedade civil se omitiu de interferir e permitiu que as outorgas de concessões fossem centralizadas na vontade pessoal do presidente da República, sem nenhum questionamento cabal da sociedade. De certa forma a sociedade civil é legitimadora deste processo. Por isso que destacamos que sem a reversão da compreensão sobre o significado da situação contemporaneamente, nós não teremos condições de democratizar as comunicações e consequentemente avançar na democratização do país. A perspectiva da esquerda com relação à comunicação sempre foi vinculada a perspectiva de controle do Estado. Nunca a esquerda teve um projeto para a democratização dos meios de comunicação, e sequer isso foi discutido com a sociedade civil. Na verdade sempre se pensou em alguma coisa como a apropriação da Globo com sinal contrário, como se lá estivesse o mal e de repente nós fossemos instalar o bem. Mas o problema é muito mais sério: nós não podemos admitir o processo viciado que se estabelece entre um grupo empresarial e o sistema de comunicação e com a sociedade. Há uma apropriação, no sentido do controle, de meios que propiciam o estabelecimento de direção coletiva, de influência cultural. Nós queremos que a sociedade civil se aproprie do sistema de comunicação não porque legalmente se vale de um recurso natural que é a transmissão de sinais eletromagnéticos. Temos que garantir o controle social porque o sistema de comunicação tem um poder extraordinário de determinação da cultura, e uma sociedade que não avoca o controle dos meios de transmissão de cultura perde a capacidade de se autodeterminar.

DISPUTA REAL

É fundamental a superação do oposicionismo que se limita à denúncia da concentração dos meios de comunicação, temos que remeter projetos e afirmar a capacidade dirigente da

sociedade. Temos que transformar o diagnóstico oposicionista em projeto que considere a correlação de forças e o exercício do poder real. Temos que superar o corporativismo, com uma visualização mais clara do interesse público. Temos que superar a pretensão do consenso perfeito, entre iguais, e buscar o consenso entre diferentes, pois as tarefas exigidas para a democratização da comunicação só pode se viabilizar com a participação de vários setores da sociedade, mesmo entre vontades estratégicas distintas. A abordagem tradicional da luta pela democratização não se preocupa em hierarquizar as tarefas, e hoje é vital centralizar a luta pela democratização da televisão. Temos, também, que delimitar o conflito, deixando de tratar a democratização da comunicação como mais uma trincheira da luta anti-burguesa e como momento da luta de classes, mergulhando na generalidade. Temos que identificar a correlação de forças e disputar o poder real.

SEPARATISMO

Ao contrário da abordagem tradicional, acreditamos que a questão essencial não é a propriedade dos meios, mas a determinação de seu conteúdo. Uma vez que a sociedade controle o conteúdo dos meios, a apropriação dos meios pode ser privada ou comercial. Eu substituo a idéia de controle direto dos meios pela idéia de controle público, que é mais importante que a própria propriedade, pois trabalha com a criação de instituições representativas, que ao contrário do Estado estabeleça um debate político diverso da prática censória, que viabilize inclusive uma discussão de crítica da sociedade.

Outra questão que é tratada de forma preconceituosa é a oligopolização dos meios de comunicação, que seria um mal em si. Tradicionalmente se preconiza o desmantelamento das redes de televisão. Em oposição a isso eu afirmo que as redes de TV são necessárias para construção da nacionalidade e a formulação de um projeto estratégico no Brasil. Há cerca de 60 dias saiu na imprensa, sem muito destaque, reportagens e entrevistas de especialistas em geopolítica dos Estados Unidos, vinculados ao Departamento de Estado, que vêem a necessidade da divisão do país em três estados para a consolidação de um grande império mundial. Por isso nós não podemos abrir mão das redes e mesmo de seu caráter de oligopólio que envolve a produção de caráter nacional e de qualidade de alto padrão. Temos que ter políticas globais diferentes e democráticas, mas que preservem este fator de soberania e identidade nacional.

